



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

22/01/2015 ATÉ 22/01/2015



ÍNDICE

1	COMARCAS	
	1.1 SITE JORNAL PEQUENO.....	1
2	DESEMBARGADOR	
	2.1 BLOG ZECA SOARES.....	2
3	DIRETORIA	
	3.1 UNIVERSO PÚBLICO.....	3
4	POSSE	
	4.1 BLOG ZECA SOARES.....	4
5	PRESIDÊNCIA	
	5.1 BLOG LUÍS CARDOSO.....	5
6	SEGURANÇA	
	6.1 BLOG DANIEL MATOS.....	6
	6.2 BLOG MÁRIO CARVALHO.....	7

PF investiga invasão ao Fórum de Buriti e ameaças sofridas pelo juiz da Comarca

Comissão de Segurança Institucional do TJ está acompanhando todas as providências acerca do caso de violência contra o juiz titular da Comarca de Buriti

Os Tribunais Regional Eleitoral e de Justiça do Maranhão estão trabalhando juntos desde que seus respectivos presidentes tomaram conhecimento que o Fórum de Buriti tinha sido invadido e incendiado por populares revoltados com decisão dada pelo juiz Jorge Antonio Sales Leite (titular da Comarca e da 25ª zona eleitoral) que julgou improcedente ação com poder de cassar o atual prefeito da cidade, eleito em 2012.

A invasão ao Fórum de Buriti se deu na tarde da terça-feira, 20 de janeiro. De acordo com as informações que fazem parte do inquérito aberto pela Polícia Federal, 9 urnas eletrônicas foram queimadas, além de processos judiciais e documentos administrativos. O prédio, que leva o nome de Fórum Desembargadora Madalena Alves Serejo, onde funciona tanto a Justiça Comum como a Eleitoral do município, também ficou bastante depredado.

O desembargador Froz Sobrinho (presidente do TRE-MA), assim que tomou conhecimento dos atos de vandalismo que ocorriam na cidade de Buriti, acionou a Polícia Federal e comunicou o fato ao Tribunal Superior Eleitoral.

"Caberá à Polícia Federal apurar os crimes cometidos e a identificação dos responsáveis", explica Froz Sobrinho, que complementa: "naquele momento precisávamos garantir a segurança não só do magistrado, assim como dos servidores e da população do município. Por este motivo, também solicitamos reforço policial através da Diretoria de Segurança Institucional do TJMA, que já estava autorizada pela sua presidente, desembargadora Cleonice Freire, para agir".

Apoio

Na quarta-feira (21) pela manhã, a desembargadora Cleonice Freire garantiu apoio irrestrito ao juiz Jorge Sales, que sofreu ameaças no exercício de sua função judicante. Reunido com a presidente no TJ, ele contou os momentos de terror pelos quais passou, ouvindo da presidente o compromisso do Judiciário de preservar sua segurança.

"O Judiciário buscou todos os instrumentos legais para a preservação da segurança do magistrado que em momento algum ficará desassistido", informou Cleonice Freire, que ainda foi taxativa ao dizer que atos de violência de transgressores da lei não vão interferir na atividade judicante. "Não vamos nos intimidar por pessoas que tentam agredir o Estado Democrático de Direito. A lei deve prevalecer e a ordem deve ser mantida".

"A Justiça Eleitoral também não permitirá que ameaças e intimidações de vândalos e criminosos desmoralizem o Poder Judiciário, pois continuaremos cumprindo a nossa missão de organizar e superintender os trabalhos referentes aos pleitos eleitorais, instrumento essencial à realização da democracia", salientou Froz Sobrinho.

Para Froz Sobrinho, estes atos de vandalismo remetem aos tempos em que a justiça era feita com as próprias mãos, ideia veementemente condenada pela legislação pátria que consagra o princípio da intervenção estatal nos conflitos sociais, o que obriga os inconformados com as decisões judiciais a procurarem os meios processuais e recursos previstos constitucionalmente.

TJMA manifesta repúdio à violência na comarca de Buriti

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, manifestou sua indignação com os atos de violência em Buriti

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, manifestou sua indignação com os atos de violência em Buriti

Teve início nesta quarta-feira (21) o ano forense no Poder Judiciário do Maranhão. Durante a solenidade de instalação dos serviços judiciários, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, manifestou sua indignação e inconformismo diante dos atos de violência praticados por um grupo de pessoas em Buriti, contra decisão do juiz da comarca, Jorge Sales Leite, em processo que trata da cassação do prefeito municipal, na última terça-feira.

“Não temos outra atitude senão manifestar indignação e inconformismo ante as brutalidades praticadas contra a instituição judiciária e aquele legítimo representante (o juiz)”, declarou a presidente do TJ.

A desembargadora disse considerar a missão do juiz “sublime, bendita e sagrada, porque essencial à pacificação das relações sociais e humana”. “O dever legal de julgar, por si só, já nos preocupa e inquieta, mas também nos incomoda. Abala nossos sentimentos humanos e nos faz doer na própria alma”, completou.

A presidente informou que, de imediato, determinou ao diretor de segurança institucional do TJ o deslocamento à comarca a fim de tomar as providências cabíveis à apuração dos fatos junto à polícia civil, militar e polícia federal, e também que o juiz fosse retirado da comarca. Informou sobre a prisão de cinco acusados e disse ter solicitado uma audiência com o governador do Estado, Flávio Dino, para tratar de assuntos relacionados à segurança institucional.

Apoio

Vários desembargadores se manifestaram em repúdio aos crimes em Buriti e em apoio ao magistrado. O desembargador Cleones Cunha considerou o episódio “repugnante e repudiável”, que agride todos os magistrados maranhenses. “É lamentável que, por uma insatisfação com uma questão política, se cometa agressão ao magistrado no exercício pleno de sua jurisdição”, disse o desembargador.

A Corregedora Geral da Justiça, Nelma Sarney, enfatizou a importância do reforço às medidas de segurança nas comarcas de todo o Estado, como ação preventiva. A desembargadora alertou sobre a necessidade de o juiz encaminhar semanalmente as armas sob custódia da Justiça para a Comissão de Segurança Institucional, para a devida guarda, bem como a comunicação prévia de sessões de julgamento de grande repercussão na comarca, para que seja feito o reforço do policiamento – o que não houve, disse. “A falta de segurança existe em todas as áreas”, frisou a desembargadora.

O desembargador Jamil Gedeon sugeriu ao órgão especial a realização de um ato público conjunto na comarca de Buriti, em repúdio à violência e em apoio ao juiz Jorge Sales, medida que foi aprovada pela presidência e

apoiada pelo Pleno.

Presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJ, o desembargador Raimundo Barros informou que está acompanhando pessoalmente a investigação já iniciada, com o objetivo de que os responsáveis sejam punidos e advertiu que a população de Buriti não tem a natureza violenta.

Meta

O desembargador Froz Sobrinho, presidente do TRE, propôs a realização de uma força-tarefa, com ações programadas na área da segurança, nos municípios onde haverá julgamento da pauta de processos relacionados à meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para o Judiciário nacional, para evitar que o Tribunal seja surpreendido, como aconteceu em Buriti.

Conforme a Meta 4, devem ser julgados, até 31 de dezembro de 2015, todas as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas na Justiça de primeiro grau até 31 de dezembro de 2012.

Polícia Federal investiga invasão ao Fórum de Buriti

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e a Corte de Justiça do Maranhão estão trabalhando juntos desde que seus respectivos presidentes tomaram conhecimento que o Fórum de Buriti tinha sido invadido e incendiado por populares revoltados com a decisão dada pelo juiz Jorge Antonio Sales Leite (titular da Comarca e da 25ª zona eleitoral) que julgou improcedente ação com poder de cassar o atual prefeito da cidade, eleito em 2012. A invasão ao Fórum de Buriti se deu na tarde da última terça-feira (20).

De acordo com as informações que fazem parte do inquérito aberto pela Polícia Federal, nove urnas eletrônicas foram queimadas, além de processos judiciais e documentos administrativos. O prédio, que leva o nome de Fórum Desembargadora Madalena Alves Serejo, onde funciona tanto a Justiça Comum como a Eleitoral do município, também ficou bastante depredado.

O desembargador Froz Sobrinho (presidente do TRE-MA), assim que tomou conhecimento dos atos de vandalismo que ocorriam na cidade de Buriti, acionou a Polícia Federal e comunicou o fato ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"Caberá à Polícia Federal apurar os crimes cometidos e a identificação dos responsáveis", explica Froz Sobrinho, que complementa: "naquele momento precisávamos garantir a segurança não só do magistrado, assim como dos servidores e da população do município. Por este motivo, também solicitamos reforço policial através da Diretoria de Segurança Institucional do TJMA, que já estava autorizada pela sua presidente, desembargadora Cleonice Freire, para agir".

Apoio- Na última quarta-feira (21), a desembargadora Cleonice Freire garantiu apoio irrestrito ao juiz Jorge Sales, que sofreu ameaças no exercício de sua função judicante. Reunido com a presidente no TJ, ele contou os momentos de terror pelos quais passou, ouvindo da presidente o compromisso do Judiciário de preservar sua segurança.

"O Judiciário buscou todos os instrumentos legais para a preservação da segurança do magistrado que em momento algum ficará desassistido", informou Cleonice Freire, que ainda foi taxativa ao dizer que atos de violência de transgressores da lei não vão interferir na atividade judicante. "Não vamos nos intimidar por pessoas que tentam agredir o Estado Democrático de Direito. A lei deve prevalecer e a ordem deve ser mantida".

"A Justiça Eleitoral também não permitirá que ameaças e intimidações de vândalos e criminosos desmoralizem o Poder Judiciário, pois continuaremos cumprindo a nossa missão de organizar e superintender os trabalhos referentes aos pleitos eleitorais, instrumento essencial à realização da democracia", salientou Froz Sobrinho. Para Froz Sobrinho, estes atos de vandalismo remetem aos tempos em que a justiça era feita com as próprias mãos, ideia veementemente condenada pela legislação pátria que consagra o princípio da intervenção estatal nos conflitos sociais, o que obriga os inconformados com as decisões judiciais a procurarem os meios processuais e recursos previstos constitucionalmente.

Repúdio no TJ

A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, manifestou sua indignação e inconformismo diante dos atos de violência praticados por um grupo de pessoas em Buriti, contra decisão do juiz da comarca, Jorge Sales Leite, em processo que trata da cassação do prefeito municipal, na última terça-feira.

"Não temos outra atitude senão manifestar indignação e inconformismo ante as brutalidades praticadas contra a instituição judiciária e aquele legítimo representante (o juiz)", disse a presidente do TJ.

A presidente informou que, de imediato, determinou ao diretor de segurança institucional do TJ o deslocamento à comarca a fim de tomar as providências cabíveis à apuração dos fatos junto à polícia civil, militar e polícia federal, e também que o juiz fosse retirado da comarca. Informou sobre a prisão de cinco acusados e disse ter solicitado uma audiência com o governador do Estado, Flávio Dino, para tratar de assuntos relacionados à segurança institucional.

A Corregedora Geral da Justiça, Nelma Sarney, enfatizou a importância do reforço às medidas de segurança nas comarcas de todo o Estado, como ação preventiva. A desembargadora alertou sobre a necessidade de o juiz encaminhar semanalmente as armas sob custódia da Justiça para a Comissão de Segurança Institucional, para a devida guarda, bem como a comunicação prévia de sessões de julgamento de grande repercussão na comarca, para que seja feito o reforço do policiamento - o que não houve, disse. "A falta de segurança existe em todas as áreas", frisou a desembargadora.

Presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJ, o desembargador Raimundo Barros informou que está acompanhando pessoalmente a investigação já iniciada, com o objetivo de que os responsáveis sejam punidos e advertiu que a população de Buriti não tem a natureza violenta.

Posse de juízes

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, deu posse a três magistrados, nesta quarta-feira (21), após a solenidade de abertura do ano forense de 2015.

Promoção - A juíza Mirella Cezar Freitas (comarca de Anajatuba) foi empossada na 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, após ser promovida da entrância inicial para a intermediária, pelo critério de antiguidade.

Também promovida para a entrância intermediária, mas pelo critério de merecimento, a juíza Tereza Cristina Franco Palhares (comarca de Poção de Pedras) foi empossada na 1ª Vara da Comarca de Pinheiro.

Remoção - Conforme o critério de antiguidade, o juiz Ailton Castro Aires foi removido a pedido do Juizado da Fazenda Pública da capital para a 1ª Vara de Família do termo judiciário de São Luís (comarca da Ilha de São Luís), na mesma entrância final.

No ato de posse, a presidente do TJ parabenizou os magistrados, ressaltando que eles vêm desempenhando um trabalho brilhante na carreira, como o jurisdicionado precisa e merece. "As comarcas estão de parabéns por receber juízes desse nível", ressaltou a desembargadora Cleonice Freire.

A posse foi acompanhada pelo desembargador José Bernardo Rodrigues, pelos juízes Nilo Ribeiro, Márcio Brandão (auxiliares da Presidência), Tayrone Silva (auxiliar da Corregedora Geral da Justiça), Rodrigo Nina, Gustavo Medeiros e Larissa Tupinambá (Comissão Sentenciante da Corregedoria).

Cinco suspeitos de incendiar fórum são presos

Populares se revoltam e incendeiam prédio do Fórum em Buriti (Foto: Divulgação)

A Polícia Federal prendeu cinco pessoas por suspeitas de terem participação no incêndio que destruiu o Fórum Desembargadora Maria Madalena Alves Serejo, na última terça-feira (21). A revolta dos populares deu-se pelo indeferimento anunciado pelo juiz da cidade, Jorge Antônio Sales Leite, ao pedido de afastamento do Prefeito Rafael Mesquita.

Foram cerca de dez pessoas, segundo a PM, que invadiram o fórum e atearam fogo nos móveis de vários cômodos. Documentos e computadores também foram perdidos, mas ninguém se feriu.

Na tarde de ontem (21), foi realizada uma reunião no Tribunal de Justiça para falar sobre as medidas de segurança que serão tomadas em relação ao fato, tais como a reconstrução do prédio que abrigava o fórum no prazo de 40 dias. Foi marcada para hoje uma reunião com o secretário do Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela, para que a segurança aos juízes seja intensificada.

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) já tem definida a sua diretoria para o biênio 2015/2016. Foram eleitos, em sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (21), os desembargadores Jamil Gedeon e Paulo Velten, que assumirão, respectivamente, os cargos de diretor e vice-diretor.

O nome do desembargador Jamil Gedeon foi indicado pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e aclamado por unanimidade pelos demais desembargadores que compõem a Corte estadual de Justiça. O diretor eleito teve o direito de escolher o vice-diretor, convidando o desembargador Paulo Velten para o cargo.

“Assumir a diretoria da ESMAM é dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido e aprimorado há anos na gestão do desembargador Marcelo Carvalho, fazendo da escola um local de estudo e debates sobre temas relevantes para o aperfeiçoamento dos serviços judiciários”, declarou o desembargador Jamil Gedeon, logo após a sua eleição.

Para o desembargador Paulo Velten, a hora é de trabalhar. “Fiquei muito honrado pela indicação do meu nome pelo desembargador Jamil Gedeon. Agora, vamos nos preparar para desenvolver um bom trabalho”, pontuou.

A atual diretoria da ESMAM, que encerra o mandato no final de fevereiro, é composta pelo desembargador Marcelo Carvalho, que está no cargo de diretor há quatro anos – tendo sido eleito em 2011 e reconduzido em 2013 –, e pelo desembargador Kleber Costa Carvalho, que exerce o cargo de vice-diretor.

A ESMAM tem como missão promover a formação inicial e continuada de magistrados e servidores do Judiciário maranhense e oferecer serviços jurídico-educacionais para a comunidade, contribuindo para aumentar a efetividade na prestação jurisdicional por meio do ensino e da pesquisa.

PERFIS – O desembargador Jamil Gedeon é natural de Caxias (MA), graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Foi promotor de Justiça, procurador-geral da Justiça. Em 1997, por indicação da classe, foi eleito para o cargo de desembargador, na vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público. Estado. Foi corregedor, vice-presidente e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Também foi corregedor-geral da Justiça no biênio 2008/2009 e presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão no biênio 2010/2011.

O desembargado Paulo Velten Pereira é natural de Niterói (RJ), descendente de maranhenses, estando radicado no Estado desde 1984. É graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão e foi advogado especializado nas áreas cível e empresarial durante 15 anos. Foi eleito desembargador em fevereiro de 2007 na vaga do quinto constitucional reservada à Advocacia. É professor da UFMA e da ESMAM.